

DEMOVENDO O NEOLIBERALISMO*

Doreen Massey

Michael Rustin

O Projeto do Manifesto Kilburn começou com trabalhos anteriores de autores da Revista *Soundings* para compreender o que nós chamamos (inspirados em Gramsci) “conjuntura”, à luz da crise financeira de 2007-8. Estávamos tentando elaborar uma resposta sobre o que provocava aquela crise do sistema do neoliberalismo, ou da globalização desenfreada do capitalismo, que vem dominando o mundo ocidental durante as últimas três décadas. Poderia haver uma oportunidade para o desenvolvimento de algumas forças significativas de mudança, especialmente, quando essa oportunidade surge dos danos causados pela crise e pelo descrédito das instituições que foram responsáveis por ela, em particular bancos e governos? Haveria uma chance para um renascer dos projetos progressistas, que foram bastante enfraquecidos pela ascensão neoliberal e por uma firme investida pelo capital e seus agentes políticos sobre o trabalho e suas formas coletivas de representação e autodefesa?

Alguns de nós consideraram que haveria algum nível de reconhecimento do fracasso pelas elites dominantes e, de fato, algum tipo de concessão que permitisse formas mais esclarecidas de regulação da economia de mercado. Mas, tais expectativas tiveram vida curta. Por toda a Europa, o remédio rapidamente adotado para o fracasso do sistema neoliberal foi insistir que ele fosse imposto com maior austeridade nas economias e

sociedades já arruinadas pela crise¹. Os “programas de ajustes estruturais” (redução dos salários, programas de privatização, redução dos gastos públicos) agora afligem a própria Europa, que é visitada pelos mesmos programas que, desde os anos 1980, têm sido impostos pelo FMI com efeitos desastrosos, como o Consenso de Washington que vem destruindo as economias endividadas da América Latina e da África. A “solução” para os problemas de dívida causados pela crise bancária em nações como Grécia, Espanha, Islândia, Portugal, Irlanda e Itália seria a restauração da competitividade de suas economias, mesmo que isso fosse sempre impossível de alcançar-se num contexto de austeridade geral e com uma única moeda europeia valorizada em referência à vantagem competitiva superior da Alemanha.

O fato é que as causas da crise financeira 2007-2008 foram deliberadamente deturpadas, com significativos efeitos políticos. As suas causas subjacentes foram o estado da crescente desigualdade e o enfraquecimento da posição relativa do trabalho, por um longo período de tempo (o rendimento real médio do americano “de classe média” – isto é, o da classe trabalhadora, está estagnado há décadas, enquanto a riqueza e os rendimentos dos mais ricos vêm aumentando) E um “sintoma” decisivo desta situação, que quase levou o sistema financeiro ao colapso, foi a crise da hipoteca *sub-prime* nos EUA,

¹Imediatamente após a crise bancária, Gordon Brown (Primeiro-Ministro do Reino Unido, líder do Partido Trabalhista de 2007 a 2010) desempenhou um importante papel para impedir um colapso financeiro, mas agora isso é, em grande parte, esquecido.

*Tradução de Ana Angelita da Rocha e de Maria Lucia de Oliveira. Agradecemos aos amigos Rogério Hæsbært e Juan Lucas Nachez pelas sugestões de revisão da tradução. N.T. Originalmente publicado com o título *Displacing neoliberalism*, o último capítulo do livro *After neoliberalism? The Kilburn Manifesto*, organizado por Stuart Hall, Doreen Massey e Michael Rustin (Londres, 2015), sintetiza o Manifesto, como um texto de proposições alternativas à esquerda tradicional. Dando sequência à agenda de trabalho político da revista *Soundings* (também fundada pelos autores acima citados), o Manifesto reúne artigos de colaboradores, de coletivos, com análises de conjuntura e de uma pauta alternativa à crise de 2007-8, especialmente no Reino Unido. Agradecemos, em especial, ao Professor Michael Rustin (Professor de Sociologia da University of East London) que gentilmente nos deu a permissão gratuita para fazer uma versão deste capítulo para a língua portuguesa.

com base nos pacotes de créditos impagáveis para o financiamento da casa própria. A “globalização” – na forma da exposição do mercado de trabalho ocidental à competição dos produtores de baixo custo – e o ataque às instituições de proteção da classe trabalhadora (sindicatos e benefícios do Estado de bem-estar social) foram os meios pelos quais esta mudança ocorreu na balança do poder econômico durante as décadas de 1980 e 1990.

A crise de 2007-8 foi de fato a segunda mais importante desestabilização do período pós-guerra. Nas primeiras décadas pós Segunda Guerra, os governos adquiriram, mediante a pressão de um consenso progressista, o poder de regular e estabilizar a economia de mercado e de manter um equilíbrio de poder entre as classes sociais. Este paradigma faliu no final dos anos 1970, e o neoliberalismo foi instalado como uma solução conservadora. Mas o colapso de 2007-8 representou a falência do próprio neoliberalismo. Entretanto a crise foi distorcida, assim como acontecera da primeira vez, como sendo essencialmente uma crise de desregramento governamental e proteção social excessiva. Apesar de o “sangramento do paciente” ter falhado em atingir uma estabilidade ao longo de três décadas de neoliberalismo, o remédio para a segunda crise deveria ser ainda mais sangramento². As consequências deste desastre sem fim continuam se desenrolando, ainda que lentamente. Não há perspectiva de sucesso para essas políticas porque, sem o crescimento da demanda de mercadorias e serviços, não pode haver melhora na produção ou nos investimentos. As políticas econômicas dominantes, de fato, não são nada mais do que uma receita para a interminável recessão.

Até agora, as consequências políticas desta crise foram minimamente mais positivas do que as consequências econômicas. De fato, vem ocorrendo um aumento de protestos radicais, por exemplo, em movimentos nos EUA e no Reino Unido, como os *Occupy*, e no crescimento de novos partidos radicais como o *Podemos*, na Espanha, e o *Syriza*, na Grécia. Se um deles ascender nas eleições gerais, será um catalisador para um novo estágio da crise e para um reconhecimento de que são necessárias soluções nas quais o capital financeiro não pode mais ditar as regras. Porém, mais potente que o crescimento destas novas formações de esquerda, há o crescimento dos movimentos nacionalistas e xenófobos em muitos países, que sistematicamente deturpam os problemas estruturais (os quais estão essencialmente associados ao empobrecimento e às relações de classe) como questões de identidade étnica e nacional. O controle da migração e a repressão às culturas

das comunidades migrantes vêm sendo amplamente apresentadas como questão central a que os governos devem dar resposta, apesar de a migração ter apenas uma relação periférica com os problemas econômicos das nações europeias. Nós fortalecemos o debate dessa questão com a definição do problema no capítulo sobre raça do Manifesto (Capítulo 10, *Race, migration and neoliberalism*, de autoria de Sally Davison e George Shire). Apesar de a migração apresentar consequências adversas para alguns setores da população (por exemplo, a competição por emprego), suas consequências gerais são provavelmente positivas quando julgadas em termos de crescimento e desenvolvimento econômicos.

A atual situação econômica europeia precisa ser compreendida a partir de um contexto internacional mais amplo. A determinante mais abrangente que esta situação de estagnação e regressão política reflete é o declínio do poder e da riqueza relativos do Ocidente, particularmente da Europa. Depois do colapso da União Soviética e do comunismo do Leste europeu, por um breve momento a situação era o contrário. Parecia que o Ocidente nunca havia sido tão forte. No capítulo anterior (Capítulo 8, *Rethinking the neoliberal world order*, de autoria de Michael Rustin e Doreen Massey), focamos no contexto catastrófico da crise internacional e nos resultados do triunfalismo do Ocidente. Traçamos o ressurgimento de uma nova ordem do chamado imperialismo liberal (tão “liberal” que restaurou a tortura sistemática como um instrumento político), e a contribuição disso para reduzir todo um conjunto de Estados (grande parte do que foi a Iugoslávia, o Afeganistão, o Iraque, a Líbia, a Síria, a Ucrânia) à desordem e à barbárie. Esta foi uma política de mal-entendidos e ilusões paralela aos fracassos da governança econômica descritos acima. O repetido erro dos governos ocidentais foi acreditar que se as ditaduras pudessem ser debilitadas ou derrubadas, às vezes por uma invasão direta (como foi o caso do Iraque e do Afeganistão), ou outras mediante o financiamento ou a cobertura de dissidentes ou rebeldes (Síria, Líbia, Ucrânia – cujos primeiros insurgentes foram os pró-europeus do oeste da Ucrânia), a consequência disso seria a esperada substituição pelas democracias do capitalismo ocidental. Na realidade, os principais resultados das políticas fundadas nessa crença foram o estado de guerra civil, a ruptura da paz e da ordem e o crescimento dos movimentos de fundamentalismo teocrático, profundamente hostis ao Ocidente e aos seus supostos valores. No Oriente Médio, o Ocidente tornou-se de fato um agente ignorante e inconsciente em um conflito entre ramificações do Islã que algumas vezes lembram a Guerra dos Trinta Anos, entre os poderes Protestantes e Católicos da Europa do Século XVII.

Esse padrão de intervenções militares e paramilitares (provocadas pelo Ocidente ou autoridades legitimadas em regiões de antiga influência imperial) lembra

²Martin Wolf destacou de forma memorável (“*Reform alone is no solution for the Eurozone*”, Financial Times 2.10.2014) que os efeitos do enfraquecimento da proteção social nas economias europeias não foram para aumentar a competitividade, mas apenas para estender mais amplamente a pobreza. Sua análise keynesiana está totalmente estabelecida em *The Shifts and the Shocks: What we've learned – and have still to learn – from the financial crisis*, Allen Lane 2014.

algumas operações, durante os anos 1980, para depor e desestabilizar governos radicais na América Latina (Chile, Nicarágua, Argentina, Brasil [os autores aqui também se reportam aos anos 1960]) e na África (Angola e Moçambique). Contudo, o caso é diferente em um aspecto. Essas intervenções neoimperiais precedentes, nos seus próprios termos reacionários, em sua maior parte e no seu tempo foram bem-sucedidas, tanto em derrotar quanto em substituir governos progressistas ou, pelo menos, em deter seu avanço, por exemplo, na África (embora muitas dessas mudanças agora tenham sido revistas, depois de causarem décadas de sofrimento para os cidadãos daqueles países). As intervenções militares do Ocidente desde 1989, entretanto, de modo quase uniforme, fracassaram em atingir seus objetivos. Nessa sequência de desastres, repetidas vezes o que está sendo revelado são as limitações do poder do Ocidente. O que foi alardeado pelos EUA, como “pleno espectro de dominação [*full spectrum dominance*]”, acaba sendo um contínuo fracasso de intervenções militares e paramilitares em alcançar os objetivos pretendidos³.

Certamente, esta situação deve ser compreendida no contexto do surgimento dos novos poderes econômicos, em particular, mas não apenas, da China, e da perda das vantagens econômicas comparativas do Ocidente sobre seus competidores. As prolongadas recessões econômicas europeia e japonesa devem ser vistas em contraste a taxas muito mais altas de crescimento econômico nos “mercados emergentes” do antigo “Terceiro Mundo”. O que vemos no caráter aventureiro da política neoimperial e na imposição de programas de “ajustes estruturais” sobre seus próprios povos é um sistema em declínio. De fato, isto é o sinal do desvendamento dos acordos em curso e a remodelação das relações de poder em todo o mundo⁴. Os movimentos políticos de direita que ocorreram em muitas nações deram-se em resposta ao fato das pessoas verem seu bem-estar econômico sob ameaça, seu status, superioridade e poder diminuídos e seus governos com muito menos poder para convencer de que havia uma situação de melhora. Isso tem alarmantes similaridades aos acontecimentos da Europa nos anos 1930, seguidos do desastre da Primeira Guerra Mundial e as crises da ordem social existente a partir daí.

Pode-se querer refletir sobre as relações subjetivas mutáveis em relação às instituições de governo que são suscitadas por essa situação – para as quais cada uma de nossas respostas pessoais pode ser uma espécie de testemunho. Talvez possam ser identificados períodos, anteriores à crise financeira 2007-8, nos quais o sistema

dominante parecia estar consolidado e até mesmo, em seus próprios termos, ser indispensável – certamente em comparação à era atual. Mas, praticamente em cada nação europeia parece haver um desencantamento geral e descrença na capacidade de governo, e o sintoma principal disso é o desinteresse em relação aos principais partidos políticos. Um fator que contribuiu para essa situação é a evidente imunidade de instituições financeiras, corporações, milionários, diante da jurisdição dos estados.

Com efeito, em escritos anteriores sobre a conjuntura (veja *The Neoliberal Crisis*) fizemos uma avaliação de que a situação atual provavelmente estaria além da capacidade de controle ou regulação por parte de qualquer governo legítimo⁵. Em *Policing the Crisis*, Stuart Hall e seus coautores descreveram a situação do governo, conforme ocorria nos anos 1970, justamente nesses termos, documentando a desintegração dos acordos do pós-guerra exatamente como estavam acontecendo⁶. Durante essa década os frágeis governos (de denominações distintas que tentavam soluções parecidas) sucederam-se uns aos outros, até que, em 1979, a direita encontrou uma oportunidade de embarcar em uma trajetória radicalmente diferente que, depois da segunda vitória eleitoral em 1983, permitiu mudar decisivamente o cenário político e econômico do Reino Unido. No momento da escrita deste texto, nós encaramos uma eleição geral⁷ cujos resultados parecem tão indefinidos quanto aqueles do começo dos anos 1970. Isso não se dá meramente pelo fato de nenhum partido poder conseguir uma maioria decisiva: isso se dá pelo fato de não haver uma proposta alternativa clara às atuais políticas. Mesmo que os partidos trabalhistas queiram de antemão se colocar em uma posição de formar um governo, existe pouca indicação de que isso perpetue seu pacote ainda muito fechado de políticas que temos para solucionar de modo adequado os problemas que enfrentamos hoje.

Nós enfrentamos agora a necessidade de desenvolver uma agenda de alternativas viáveis para a política equivocada e destrutiva dos últimos trinta anos. Este Manifesto é o começo disso. Nesta conclusão, tentamos identificar ideias e temas que sugerem um caminho a seguir, um novo curso progressista.

O que nós tentamos fazer

Chegamos ao final desta sequência de capítulos do

³Sally Davison e Katharine Harris (Organizadoras), *The Neoliberal Crisis*, publicado on-line em 2012 e como um livro de bolso L & W em 2015, como um volume complementar para este.

⁶S. Hall, C. Critcher, T. Jefferson, J. Clarke, B. Roberts, *Policing the Crisis* [1978], re-publicado por Palgrave Macmillan em 2013.

⁷N.T. Referência às eleições gerais do Reino Unido, realizadas em 7 de maio de 2015, que consolidaram a aliança liberal-conservadora, sob a liderança de David Cameron.

³A superficialidade e a fraqueza subjacentes ao projeto imperial norte-americano foram observadas, de diferentes perspectivas políticas, por Niall Ferguson (in *Colossus: The Rise and Fall of the American Empire*, Allen Lane 2004) e Michael Mann (*Incoherent Empire*, Verso 2005).

⁴Reconhecemos aqui a contribuição de Justin Rosenberg para o desenvolvimento das ideias que apresentamos no Capítulo 9 (*Energy beyond neoliberalism*).

Manifesto de Kilburn, embora não do nosso projeto de pensar, discutir e procurar envolver públicos mais amplos. O que estamos tentando aqui é uma problematização do momento atual, principalmente no Reino Unido, mas também dentro de um contexto internacional, em uma análise que resista tanto à demanda por políticas imediatas que simplesmente respondam às pressões eleitorais, como à tentação de ler a situação presente apenas como um sintoma de princípios teóricos de longa data. Precisamos de um reconhecimento pleno da especificidade desses tempos e de uma “teoria” que não se renda aos reducionismos. Também precisamos envolver o debate popular e político atual em seus próprios termos e, quando apropriado, desafiar-los justamente como parte do problema.

Soundings, a revista na qual este Manifesto surgiu, sempre se comprometeu com a análise qualificada por tais questões, e há uma série de razões para isso. Mais de imediato, acreditamos que é necessário envolver-se tanto com públicos mais amplos quanto com partidos políticos potencialmente simpaticistas. As políticas parlamentares e extraparlamentares são vitais em qualquer processo de mudança futura. Um partido político - que tem qualquer intenção de ser ousado - precisa saber que há apoio “lá fora”. Embora, certamente, o partido político deva mostrar liderança política (e não ser escravo da “opinião pública”, já constituída) e seja igualmente necessário sentir que exista alguma possibilidade de adesão “a/do público” em geral por seus desafios e de que exista uma pressão extra-parlamentar para sustentá-lo contra as forças conservadoras que operam quando estão “no poder”. Como resultado desse entendimento, enfatizamos muito a importância de abordar questões de senso comum, hegemonia, cultura, linguagem. O debate sobre a política econômica, por exemplo, está atualmente encurralado em seus termos restritos, considerados inquestionáveis, tanto pelos vocabulários quanto pela compreensão da própria economia e forma da sociedade mais ampla - a maneira como pensamos em questões de “justiça” ou de gênero, o Estado ou o meio ambiente, para mencionar apenas alguns exemplos dos capítulos anteriores.

Além disso, ainda que consideremos os partidos políticos potencialmente progressistas, também é o caso de que mesmo as políticas mais imediatas e “práticas” necessariamente estejam em debate e visíveis para a sociedade. Descrever esses princípios subjacentes pode possibilitar um tipo diferente de apelo para o público, interpelando-o de maneiras que uma discussão política técnica não o faz. (Thomas Frank, em *Pity the Billionaire*, faz a mesma crítica aos democratas nos EUA). As políticas setoriais podem ser usadas para mobilizar debates e estabelecer fronteiras políticas genuínas. Do mesmo modo, sem um projeto político efetivo, de fato, para o público em geral, uma série de políticas setoriais

não irá somar nem atrair (ou significar).

Tom Crompton escreveu sobre isto em *Soundings 54*. Começando com a famosa citação de Thatcher sobre o caso ser mudar-se a abordagem, e que, por sua vez, significava a necessidade de tocar “o coração e a alma da nação”, ele explora a “expressiva” função das políticas, sua “possibilidade de afetar”⁸. Isso é essencial. Mesmo as políticas setoriais precisam não só abordar questões práticas, materiais, mas também afetar e ajudar a perceber valores e identidades subjacentes. Isso faz parte da luta pelo senso comum. Isso implica em reconhecer que os círculos eleitorais políticos não apenas existem, por aí, já prontos. Eles precisam ser ativamente construídos. Como Stuart Hall e Alan O’Shea escrevem no Capítulo 3 (*Common-sense neoliberalism*), aqui em referência específica ao Partido Trabalhista: “Os Trabalhistas devem usar todas as questões políticas como uma oportunidade, não só para examinar a pragmática, mas para destacar o princípio subjacente, construindo lentamente um consenso alternativo ou “filosofia popular”. Esta é uma injunção que se aplica à discussão de políticas entre a esquerda e a esquerda extraparlamentar, que tentamos repercutir nos capítulos deste livro que tem abordado políticas específicas.

Tudo isso interfere na análise que tentamos produzir aqui: o momento que se apresenta para nós - ou pelo menos a questão que nos colocamos, em termos de conjuntura. Trata-se da articulação das diferentes instâncias da formação social; como elas oferecem (ou não) as condições de existência para cada uma. O fato flagrante na sequência da crise financeira de 2007-8 não era apenas que a direita política estava usando a crise econômica para reforçar uma agenda política neoliberal (esta era uma moeda comum à esquerda), mas sim que, ocorrido isso, havia uma crise extraordinária na esfera econômica, sem grandes fraturas políticas, sem perturbar (após os primeiros momentos) a hegemonia ideológica estabelecida (neoliberal), sem rupturas significativas no discurso popular. Nosso objetivo aqui é perguntar o que permitiu que isso fosse possível; problematizar o que é necessário para uma mudança profunda nos termos do debate (ou seja, uma ruptura ideológica) e talvez para começar a sugerir maneiras de transformá-las.

Nesse cenário, duas coisas são imediatamente evidentes. Primeiro, é claro que não há lugar aqui para pressuposições de um simples determinismo econômico. É claro que a economia é absolutamente crucial, mas é o caso de que a atual trajetória econômica construída politicamente está causando tanto dano a tantas pessoas e a tantos aspectos da sociedade. Por isso, a economia não poderia ser questionada sem fundamento (a dimensão ideológica, pressupostos culturais, discursos políticos ...) de outras instâncias da formação

⁸Tom Crompton, “Thatcher’s spiral and a citizen renaissance”, p.37, *Soundings 54*, Summer 2013. Vide citação ao jornal *The Sunday Times*, 3.5.1981.

social. Em segundo lugar, e, por consequência, deve ser dada uma atenção séria às outras instâncias e ao papel estruturante que desempenham. Nós, inevitavelmente, começamos essa análise aqui, mas é reconhecido seu significado nos primeiros capítulos do *Manifesto*, após a introdução, nas várias maneiras em que são assumidas essas questões.

Vocabularies of the economy [Capítulo 1, de autoria de Doreen Massey] desafia o próprio idioma que usamos para falar sobre a economia, que determina a nossa compreensão e estabelece os termos do debate sobre a política econômica. (Isto é então levado para o capítulo sobre política econômica, Capítulo 7, *Whose economy? Reframing the debate*, de autoria de Doreen Massey e Michael Rustin).

A *relational society* (Capítulo 2, de Michael Rustin) assume a centralidade conceitual de toda a visão do mundo neoliberal - a "idéia de um indivíduo autônomo e auto-determinado como o 'átomo' fundamental do mundo humano" - e demonstra que isto está mal concebido. Ao invés disso, argumenta o capítulo, deve haver mais reconhecimento da nossa inevitável relação e interdependência e do fato de que essas relações têm as suas próprias especificidades. Deve haver um reconhecimento adequado de uma política de relações.

Isso não só desafiaria um princípio central do neoliberalismo, mas começaria a apontar - como o capítulo faz - os caminhos alternativos para seguir (a construção de um sistema sustentável de cuidados deve ser fundamental como estratégia econômica. E o argumento para um Estado dialógico, no capítulo *States of the imagination*, também coloca esta questão das relações humanas no centro do palco, defendendo o reconhecimento das dimensões emocionais de nossas diferentes relações com as instituições e práticas do Estado: "os complexos conjuntos de relacionamentos mediante os quais o Estado (essa estranha ideia abstrata) é trazido à vida. Cada conjunto de relações é altamente político». Da mesma forma *States of [the] imagination* retoma a questão da linguagem e "a necessidade de renovar e refazer o discurso público para constituir novas formas de solidariedade pública", a fim de trabalhar na criação de um Estado que possa contribuir para a reinvenção e expansão da cultura pública.

O terceiro desse conjunto de abertura, *Common-sense*⁹, explora a natureza do senso comum, apontando para o fato de que é sempre contraditório e contestado, e argumenta que desafiar o atual sentido hegemônico, neoliberal, deve ser fundamental para o nosso projeto. As questões de linguagem (discurso), de relações humanas,

⁹N.T. Vale mencionar que, na língua inglesa, a expressão *common sense* é empregada como bom senso, bom julgamento e também no sentido de percepção de massa, como senso comum. Tal ambivalência está presente nas análises do *Manifesto*. Lembrando que "senso comum" e "bom senso" são categorias abordadas por Gramsci em "Cadernos do Cárcere". Vide também *Oxford Dictionary*, (Disponível em: https://en.oxforddictionaries.com/definition/common_sense. Acesso em: Agosto de 2017)

além das transações comerciais baseadas no mercado do indivíduo isolado, e o significado de entender e contestar o senso comum dominante, são as contribuições desse *Manifesto*.

A análise conjuntural também é parcialmente sobre a periodização (ver Stuart Hall, *The Neoliberal Crisis*). No entanto, é uma periodização da sociedade como um todo que se forma fora da interconexão de diferentes elementos (sociais, culturais, econômicos), que muitas vezes isoladamente têm diferentes temporalidades. Isso é evidente no momento atual (ver John Clarke, *What crisis is this?*, *Soundings* 43, reimpresso em *The Neoliberal Crisis*).

Assim, ao longo das décadas anteriores à conjuntura neoliberal, as mudanças econômicas e sociais começaram a minar e fragmentar o que havia sido considerado como a base natural (em outras palavras garantidas pelo) do Partido Trabalhista. A interseção dessa erosão de longo prazo numa dinâmica mais imediata dentro da esfera *política* - em que Blair e *New Labour* optaram por interpretar essas mudanças de uma maneira que desconectou ativamente o partido dessas raízes políticas tradicionais (na verdade, às vezes essas raízes foram definidas como o outro a se opor), o que também foi absolutamente crucial. Isso transformou o terreno político. Não só mudando o centro desse terreno para a direita, mas também eliminando a possibilidade de alternativas ao neoliberalismo e reduzindo o campo político às questões de competência técnica, de quem poderia gerenciar melhor o sistema. Cada um desses tópicos no tecido (econômico, social e político) tinha sua própria dinâmica e sua própria temporalidade (e, de fato, sua própria espacialidade - o econômico sendo inerentemente global, por exemplo), mas cada um forneceu condições para o outro. A sua articulação e a natureza dessa articulação foram cruciais.

Da mesma forma, a explosão de impaciência e frustração com a consolidação da social-democracia, uma explosão que entrou em erupção há mais de meio século, na década de 1960, desencadeou uma série de desafios e mudanças especialmente no campo cultural no sentido mais amplo. Sua dinâmica pretendida era progressista e amplamente para a esquerda, mas eles foram ocupados com satisfação pela direita e incorporados em seu projeto de ascensão, a partir da década de 1980¹⁰. Então, o que havia sido na década de 1960 uma reivindicação para o reconhecimento da diversidade e um desafio para a social-democracia em relação às estruturas monolíticas (e não é de modo algum negar os ganhos genuínos que foram feitos por meio dessas reivindicações e desafios), se transmutou lentamente na direção ao individualismo. A demanda por maior flexibilidade foi igualmente cooptada para ser principalmente um princípio do mercado de trabalho,

¹⁰Luc Boltanski and Eve Chiapello, *The New Spirit of Capitalism*, Verso 2005.

cujos efeitos seriam sentidos pelos trabalhadores. E assim por diante.

Parte da atmosfera e do enfoque dos movimentos culturais da década de 1960 contribuíram, de forma distorcida, para o sucesso da hegemonia financeira hoje. A leveza aparente do setor, a sua (a de novo aparente) facilidade de fluxo combinam confortavelmente com a sensação cultural do momento presente (ver Doreen Massey, *Ideology and economics in the present moment*, Soundings 48, p.33, reimpresso em *The Neoliberal Crisis*).

Essas temporalidades e espacialidades, mais longas, diferenciadas e interconectadas, são fundamentais para a compreensão do caráter e da dinâmica do atual momento conjuntural. Se existe uma articulação particular, que é cerne do presente na relação de forças, é certamente a de interesses financeiros que estão na terra e na propriedade. Ambas têm longas histórias, ambas foram e continuam hoje a ser pilares centrais da estruturação de classes da sociedade do Reino Unido. Ambas mudaram de forma ao longo dos séculos e ambos persistiram. Durante muito tempo, os interesses financeiros vêm sendo internacionalizados, desde os dias do império até os da globalização dominada pelas finanças hoje. Embora localizada no Reino Unido, dominante em sua economia, sociedade e geografia, a relação de finanças com a economia produtiva do país tem sido muitas vezes transformada. O interesse pela terra é fundado, historicamente, mais na moradia. As lutas pela terra e pelo seu poder e a elite proprietária de vastas áreas do país fazem parte da história nacional. Os últimos quarenta anos viram a emergência do efeito dramático desses dois interesses de classe. Por um lado, o domínio estrutural das finanças acompanhou a invenção de uma nova forma do imperialismo financeiro. Por outro lado, a terra e a propriedade tornaram-se o veículo perfeito para armazenar fluxos financeiros (um relatório recente sobre os dados do preço da moradia em Londres aponta que “os imóveis na capital [são] vistos como uma moeda de reserva global para investidores estrangeiros, bem como, para os habitantes ricos”)¹¹. E, como os indicadores de cotação, o lucro pela terra¹² é agora um elemento num setor econômico completamente globalizado. O intercâmbio desses dois interesses de classe, juntamente com a transformação de cada um, e de ambos juntos, é um fio condutor da história do momento atual.

E acrescenta-se a isso os interesses do grande corporações de petróleo, há muito globalizado e agora uma parte significativa, não só do FTSE¹³, mas também das reservas de previdência popular - em outras palavras, as grandes petrolíferas também são parte integrante do

¹¹H. Osborne, “Round the bend: the crescent where house prices average £16.9m”, *The Guardian*, 12.12.2014, p.21.

¹²N.T. Aqui, os autores também permitiriam um trocadilho com a expressão “landed”, para significar a dinâmica do capital imobiliário.

¹³N.T. É a sigla para *Financial Times Stock Exchange 100 Index*, uma agência classificadora britânica, do Grupo proprietário do Financial Times e do banco London Stock Exchange.

poder da finança (ver Capítulo 9). De fato, no caso da energia, a articulação de temporalidades contrastantes e espaciais é ainda mais marcante. A aliança entre corporações de energia e finanças, muito fortalecida nas últimas décadas sob o neoliberalismo, tem trabalhado para sua imensa vantagem, uma herança de alcance global construída em uma história imperial de séculos. As medidas neoliberais, incluindo as privatizações, o apoio dos governos às grandes decisões sobre a política energética e um regime fiscal favorável, fortaleceram ainda mais o poder das petrolíferas. E o vocabulário dominante de “clientes” nos posiciona como dependentes, capazes apenas de influenciar o mercado final (se é verdade), ao invés de desafiar as estruturas de produção - e de poder sobre a extração contínua de estratos depositados há centenas de milhões de anos (e insubstituível) - que estão no cerne da questão. É, como se demonstrou no Capítulo 9, uma constelação mortal.

Existem boas razões para levar a sério a natureza dessas interações entre histórias e geografias. Fazer isso ajuda a desvelar a estrutura do que pode parecer uma situação esmagadoramente monolítica. Isso nos leva ao reconhecimento do significado de distintos aspectos, tanto no seu desenvolvimento relativamente independente, quanto na forma como fazem ou fornecem as condições de existência de outros fios neste complexo tecido. Esse processo de desembaralhamento conceitual ajuda a esclarecer as diferentes forças que enfrentamos e a localizar conflitos específicos em um contexto histórico mais longo. Uma batalha sobre a “reconstrução” de uma habitação popular, por exemplo, está em uma longa disputa de confrontações, voltando para os gabinetes e as autorizações e sobre quem é proprietário e tem controle sobre a “terra da nação”. Talvez isso ajude - politicamente, intelectualmente, emocionalmente - quando se luta num prédio ocupado, ou permaneça por horas com o cartaz de protesto, para fazê-lo no conhecimento dessa trajetória mais longa de contestação. Além disso, uma análise da articulação dessas diferentes histórias, sobre como elas funcionam juntas hoje, poderia ser uma base para o reconhecimento de interesses comuns entre forças que se opõem à ordem dominante e para uma possível aliança.

Então, que momento é esse? Desde 2007/8, claramente houve uma crise da economia que ainda não está resolvida. Isto aplica-se ao Reino Unido, à UE e à escala mundial. Mas, poderia haver crises em outros aspectos da sociedade que poderiam levar a “conduzir a uma unidade ruptural”, como Althusser já havia dito? Como Stuart escreveu em *The neoliberal revolution*: “As crises são momentos de mudança potencial, mas a natureza de sua resolução não é dada. Pode ser que a sociedade avance para outra versão da mesma coisa (Thatcher a Major?), ou para uma versão pouco

transformada (Thatcher a Blair?); ou as relações podem ser radicalmente transformadas”(pp.60-1). O momento atual parece ser diferente de qualquer uma dessas duas transições dentro do neoliberalismo. Em primeiro lugar, há uma grande implosão econômica, trazida internamente ao sistema e não por oposição política e, mesmo que a hegemonia ideológica e política tenha sido restaurada, as águas certamente foram perturbadas. A hostilidade em relação aos bancos e a toda uma gama de grandes corporações permanece. O imposto (e suas várias formas de não pagamento) é uma questão tóxica. Há mais conversas sobre jovens elegantes governando o país. A palavra “privatização” agora amplamente vem atraindo nuvens de negatividade e suspeição. Qualquer um e todos estes elementos poderiam provocar uma via para questões mais profundas. E há, é claro, a austeridade. As coisas eram diferentes antes da crise financeira. E em segundo lugar, a crise econômica e a falta de uma resposta alternativa foram aproveitadas politicamente pela Coalizão *LibDem-Tory*¹⁴ para desencadear o que Stuart chamou de “revolução social mais radical, de longo alcance e irreversível, desde a guerra” (*The neoliberal revolution*, p.27). E, ainda no mesmo trecho, ele argumentou que “a atual situação é a crise, outra ruptura sem solução cuja conjuntura que podemos definir como “uma longa marcha da Revolução Neoliberal” (p.13).

A crise é sempre um momento de oportunidade. Alguém pode questionar deste momento em particular se a trajetória é sustentável. Economicamente, é óbvio, a questão básica é a de sustentar uma demanda suficiente, dada essa mudança do trabalho para o capital. Ecologicamente, como o coletivo *Plataforma* escreve no Capítulo 9, “mais cedo ou mais tarde, a mudança climática vai forçar um colapso na configuração atual da sociedade”. E se esses momentos de dificuldade potencial para o sistema neoliberal forem corretamente excluídos (aumentando a desigualdade e o autoritarismo), o que poderia provocar um sério desafio político? O aumento impressionante dos movimentos e partidos sociais de esquerda na Grécia e na Espanha (para restringir-nos aqui à Europa) dá esperança, assim como o aumento da direita aponta para o fracasso do que foi percebido como “mainstream” da política eleitoral, que é muito mais grave do que um mero declínio nos níveis de votação. Nas respostas ambivalentes a esses momentos de dificuldade, existe uma crise emergente do político? Talvez um retorno ao “business as usual” não seja mais possível.

Um necessário sentido de crise e a guerra de posição

A crise pode ser um termo excessivamente utilizado. No entanto, a essência da análise do Manifesto Kilburn é que estamos vivendo uma crise permanente. É preciso insistir em que os programas e discursos que agora dominam a política e a formulação de políticas na Grã-Bretanha, assim como no ocidente, são inadequadas às situações a que se propõem responder. A austeridade não é uma solução para os problemas de instabilidade econômica, desigualdade e falta de crescimento. Assim, a expansão da OTAN e a instituição de uma neoguerra fria contra a Rússia capitalista não são uma solução para os problemas da segurança do ocidente. Então as intervenções militares e paramilitares neoimperiais no Oriente Médio (para provocar mudanças de regime e garantir o suprimento de energia no ocidente) já pioram praticamente todos os problemas (seja de terrorismo, segurança energética ou proteção dos direitos humanos e democracia) que eles procuram remediar.

No período dos próximos cinco anos, o que se verá mesmo é que uma estratégia oposta - de reconciliação e troca aberta, como é o caso agora da relação entre os Estados Unidos e a Cuba - tem consequências muito mais benéficas do que o ostracismo, as sanções e o cerco das cinco décadas anteriores. Um redirecionamento semelhante da política deve ocorrer em relação ao Irã e à Rússia.

Portanto, é necessário que as vozes sejam ouvidas, por mais indesejáveis que sejam, que insistam nesse desajuste fundamental entre os parâmetros “oficiais” da formulação de políticas e as realidades da situação. Só então os sintomas políticos patológicos (como o ressentimento mobilizado contra imigrantes da Europa ou do “Islã”, em geral) são reconhecidos como os epifenômenos que são. Gramsci diferenciou de forma memorável as pré-condições, respectivamente, de uma “guerra de movimento” e uma “guerra de posição”. As primeiras eram as circunstâncias em que uma mudança decisiva no equilíbrio do poder social e político poderia ser alcançada, de uma só vez, por assim dizer. Ele tinha em mente as condições da revolução, mas também poder-se-ia descrever nestes termos a chegada ao poder dos Trabalhistas em 1945, ou de Thatcher em 1979 (ainda que a força do primeiro fora se perdendo durante os anos dentro no escritório governamental, enquanto que a última se fortaleceu ali). Uma “guerra de posição” é aquela na qual nenhuma mudança brusca ou rápida na relação de poder é viável, mas onde, no entanto, haveria ganhos a longo prazo.

Acreditamos que estamos atualmente em uma situação em que uma “guerra de posição” precisa ser preparada. O valor da vitória de um governo de coalizão traba-

¹⁴N.T. Referência ao termo *Conservative-Liberal Democrat Coalition* que significou a aliança política entre o Partido Conservador com Liberais Democratas, cuja plataforma eleitoral foi vitoriosa em 2010 e 2015, permitindo a maioria do Parlamento Britânico sob o comando de David Cameron.

lhista ou liderado pelo Partido Trabalhista em maio de 2015 não é que ele, por si só, transformará a política ou a sociedade, mas que pode estabelecer uma situação em que o novo pensamento e os novos tipos de ação política possam voltar a se tornar possíveis. O individualismo rasteiro, a privatização e a costumização¹⁵ da sociedade que se realizaram nas últimas três décadas não serão revertidas por cinco anos, ou mesmo dez anos, do governo social-democrata e hiper-cauteloso, o que é o mais provável que vejamos, na melhor das hipóteses.

Mas neste contexto, pelo menos, deve tornar-se um pouco mais possível desenvolver formas de agência, novos centros de poder, diferentes tipos de identidade e resistências ao mercado, dentro das quais pode surgir uma melhor ordem social. Pensamos que, na atual conjuntura política, é enfaticamente necessário ter uma visão de longo prazo.

Temas emergentes

O que acontece

O processo de escrita do Manifesto traz para o aqui e agora o quão a democracia social foi completamente solapada. Isso não é tanto em termos de estruturas formais - ainda haverá mecanismos de redistribuição e elementos do Estado de bem-estar, embora muito transformados. Ao contrário, queremos dizer isso em termos de ethos e espírito; como o “senso comum” da social-democracia foi fraturado e fragmentado. Como a nossa linguagem foi transformada. Stuart escreveu em 2010 (em *Interpreting the crisis*, Soundings 44, reimpresso em *The Neoliberal Crisis*) sobre a “limpeza do discurso político”, o apagamento da linguagem da classe, a substituição das “forças de mercado” pelo “capitalismo”, da “comunidade” para “sociedade”. Para muitos, a própria estrutura temporal do nosso auto-posicionamento no mundo foi implodida. Onde uma vez houve um sentimento de viver em uma história mais longa em que haveria progresso, para o qual poderíamos contribuir (independentemente das nossas profundas reservas à essa dupla crença estranha às nossas críticas das meta-narrativas deterministas), agora há mudanças constantes, especialmente a tecnológica, mas é uma pequena mudança.

A grande mudança, a mudança histórica, parece muito difícil de imaginar. E, embora o imaginário anterior tenha certamente suas desvantagens (sua natureza muitas vezes monolítica, a própria restrição de viver dentro de uma trajetória assumida), teve um sentimento de localização histórica e de otimismo (por mais que seja mal colocado).

¹⁵N.T. A expressão *consumerisation of society* referencia-se ao modelo das tecnologias de informação, cujos processos focam na individualização do produto.

Hoje, como muitos observaram, a própria noção de futuro parece ter sido cancelada.

Toda essa atmosfera da social-democracia, parecidos, acabou. A problematização de Beatrix Campbell sobre os contextos em mudança do feminismo (Capítulo 4) nos oferece um exemplo vivo. Isso pode ser lido simplesmente como derrota e como deprimente, mas o que nos traz no Manifesto é bastante diferente. Em primeiro lugar, proíbe a nostalgia: devemos abordar o radicalmente alterado aqui-e-agora. Não podemos voltar. E, em segundo lugar, devemos revigorar a sensação do tempo prospectivo, um sentido fundamentado de que as coisas podem ser realmente diferentes (em oposição a uma outra invocação que descarta a ideia de que outro mundo é possível). E para isso, devemos mudar os termos do debate, redesenhar o terreno político. Estas são as questões que permeiam o Manifesto.

Financiarização: uma aliança contra financiamentos

O que é fundamental para o aqui-e-agora, argumentaríamos, é “financiarização”. Isso tem sido um tópico em muitos dos capítulos aqui, e sua importância é evidente, não só no sentido econômico óbvio, mas também na maneira como ele entra nas nossas cabeças, nossas imaginações e cultura mais ampla. É argumentável, de fato, qual seria a base fundamental da atual articulação das diferentes instâncias hegemônicas neoliberais. É parte do que mantém as coisas juntas. Pelo mesmo argumento, é conseqüentemente uma base possível para reconhecer temas comuns entre uma miríade de lutas diferentes na sociedade britânica hoje; é o “inimigo comum” de uma série de escaramuças aparentemente diferentes. A oposição à financiarização poderia ser a chave para a construção de cadeias de equivalência que liguem, pelo menos, algumas dessas lutas, construindo uma fronteira política comum, uma “aliança contra financiamentos”? Tal aliança é, de fato, proposta no Green New Deal¹⁶, e, além de apoiar isso, sugerimos ampliar o alcance do proposto ali¹⁷. O objetivo de tais alianças é manter a especificidade das diferentes lutas e seus círculos eleitorais de base, ao mesmo tempo em que os vincula às demandas que questionam as estruturas de poder mais profundas da formação social, a oposição que compartilham. Claro, as estruturas de poder “mais profundas” são coisas ainda maiores - imperialismo, capitalismo. Mas, como Chantal Mouffe argumentou, na construção de análises práticas viáveis, pés no chão, é necessário reconhecer pontos de poder, que são invocados na imaginação. Sugerimos que

¹⁶N.T. Termo faz referência ao *New Deal*, proposto na Grande Depressão dos anos 1930 nos Estados Unidos da América. Nesse caso trata-se de uma expressão que indica um pacote endereçado à crise financeira, questão ambiental e mudanças climáticas.

¹⁷Consulte www.greennewdealgroup.org.

a financiarização é uma dessas na conjuntura atual.

Alcançando “bom senso”

No entanto, se a finança / financiarização é um dos “inimigos”, um desafio que pode ajudar a desfazer alguns dos piores aspectos do atual cenário, também é preciso apontar algumas das coisas boas que temos. Na verdade, existem muitas lutas específicas, embora um pouco desconectadas em suas particularidades - daí a necessidade de alianças como discutido acima. Mas também há sentimentos e atitudes potenciais, sentimentos talvez mal interpretados - acreditamos - bastante difundidos. No capítulo 3, Stuart Hall e Alan O’Shea exploraram a noção de senso comum - um conceito chave para a análise de conjunturas¹⁸. Além de enfatizar a natureza internamente composta e muitas vezes contraditória do senso comum e o fato de ser um local de contestação política, os autores apontam também para o fato de que o senso comum sempre contém “o núcleo saudável” que merece ser feito mais unitário e coerente” (p.54, citando Gramsci). Este é o “bom senso” de Gramsci: “O bom senso oferece uma base sobre a qual a esquerda poderia desenvolver uma estratégia popular para mudanças radicais - se levar a cabo a ideia de que o senso comum é um terreno de luta política” (p.54). Existem muitos elementos potenciais no senso comum atual que poderia ser atraído e, uma vez rascunhado, tecido em uma narrativa mais ampla e mais explícita.

Podemos retomar essa aversão generalizada a ser constantemente chamado e, portanto, posicionado como, um “consumidor” ou um “cliente”. Os estudantes odeiam ser chamados de clientes; passageiros em trens comentam com desprezo serem chamados como clientes; os fãs do time de futebol que um de nós apoia têm uma bandeira que afirma sua identidade como “torcedores e não clientes”. O que está acontecendo aqui é uma rejeição popular da redução de todas as identidades e relações às baseadas em transações comerciais (Capítulo 1). Não seria possível recorrer a isso, e desenvolver um discurso político que reconheça a especificidade das relações e a importância crucial de se ter uma política de relações (ver especialmente capítulos 2 e 6)?

Em seu capítulo, Stuart e Alan exploram o elemento de “justiça” em todas as suas articulações complexas e contraditórias e concluem que “enquanto o discurso neoliberal é cada vez mais hegemônico e estabelece a agenda para o debate, existem outras correntes em jogo - empatia pelos outros, como uma cooperação ao invés da concorrência, ou um sentimento de injustiça, por exemplo”(p.65).

¹⁸Veja, por exemplo, Chantal Mouffe, sobre o Político On the Political (Thinking in Action), Routledge 2005.

Da mesma forma, no Capítulo 6, Janet Newman e John Clarke documentam “como as pessoas apegadas a um determinado grupo permanecem em suas identidades como membros de um público mais amplo”. E o Coletivo Plataforma, no Capítulo 9, aponta para as questões que podem ser solicitadas a uma política energética que possa afetar e potencialmente desencadear esse “núcleo saudável dentro do nosso senso comum que se opõe à injustiça”.

Um dos exemplos mais claros de tal possibilidade, em que uma sensação de justiça poderia ser ampliada e integrada a uma política progressista, diz respeito à noção de “a sociedade do tudo-ou-nada”. Isto é particularmente significativo porque o debate sobre o seu significado chega ao cerne do assentamento neoliberal.

A sociedade do algo-ou-nada

Não há dúvida de que o governo de Coalisção está ciente de que as pessoas são suscetíveis a noções de justiça. Eles tocam neste assunto constantemente de modo que são projetados para fomentar antagonismos entre aqueles que, caso contrário, se oporiam a eles. Cameron se coloca em uma posição de raiva fabricada¹⁹ contra o que ele chama de sociedade do “algo-ou-nada”. Ele normalmente se refere às pessoas sem emprego, quando ele sabe que consegue ativar o senso de (in)justiça do povo. Por que eu deveria trabalhar enquanto os outros se acomodaram com os “benefícios”?

Uma resposta fácil e imediata é se perguntar sobre o que foi que ele fez precisamente para merecer toda a riqueza com a qual nasceu. Mas, existe uma resposta mais estrutural, trocar algo por nada significa precisamente o que eles (o governo de coalisção *Tories and Liberal Democrats*) decidiram acerca da formação econômica e social no Reino Unido. Muito da economia de hoje não trata de produzir coisas novas, trata-se de comprar e vender ativos (terra, arte, propriedade, derivados de vários tipos, previsões de commodity), a fim de adquirir renda e/ou se beneficiar da venda dos mesmos. Dinheiro é simplesmente “feito” fora da habilidade de *possuir*. Como foi argumentado no capítulo 7, essa aquisição de riqueza não trata de produção de riqueza e esse efeito econômico imediato é a redistribuição dos ativos aos acionistas. Em resumo, chamamos isso de sociedade rentista. É também uma sociedade do algo-ou-nada. E no capítulo *Energy beyond neoliberalism*, os mecanismos e as apropriações injustas que isso envolve são vistos através de uma lente geográfica mais ampla, na monopolização privada da Terra e de seus recursos. O que está em questão aqui é a renda e a riqueza não conquistadas. Esse não seria também um problema de “justiça” passível de de-

¹⁹N.T. No original, a expressão é “manufactured rage” (p. 208).

bate? Isso não seria divergente do ponto defendido por Cameron?

Existem dificuldades claras. Por exemplo, o povo comprou essa ideia, tanto simbolicamente quanto materialmente. Que são os aumentos dos preços das casas ou dos dividendos das aposentadorias, senão a apropriação privada do valor produzido socialmente? Ainda que sejam de direita, os milionários rentistas também estão cientes da potencial precariedade que podem causar. Como Andrew Sayer apontou, a própria distinção entre dinheiro conquistado e o lucro, curiosamente, caiu em desuso, à medida em que o mercado financeiro se tornou a nova proeminência, e ele escreve sobre como a história das finanças passou por lutas contínuas acerca do uso de termos favoráveis e desfavoráveis para as suas práticas: “investimento”, “especulação”, “aposta”, “fraude”.²⁰

Há claramente uma disputa a ser enfatizada aqui, assim como Stuart Hall e Alan O’Shea argumentam, sobre como esse componente do “bom senso” que é atraído pela ideia de equidade deve ser articulado e entendido politicamente.

No momento desta escrita, a batalha sobre a propriedade da *New Era* em Londres está nas notícias (é na verdade uma das muitas dessas batalhas). A venda de empresa (que anteriormente forneceu casas acessíveis à classe de baixa renda) a um grupo de investimento internacional, que propôs grandes aumentos nos lucros, pode ser vista como um “evento” que sintetiza muito a conjuntura atual. Os edifícios e a terra em que se situa a propriedade foram transformados de valores de uso, de um retorno modesto, para serem considerados ativos puramente financeiros. E esta transformação é um produto dessa nova articulação do capital e das finanças e da globalização do setor terra / propriedade sob a hegemonia neoliberal, que foi discutida no capítulo inicial: um evento particular que emerge da constelação da mais antiga a mais recentes histórias e mudanças geográficas. No entanto, o ponto aqui é que se tornou uma causa célebre, e ideias sobre justiça foram fundamentais para a batalha.

Na verdade, a campanha afetou tanto que, inclusive, o prefeito de Londres, Boris Johnson, ofereceu apoio - apesar de o fato de que esse confronto particular já estivesse sendo realizado - ele estava dando boas-vindas ao “mercado internacional dos profissionais do imóvel” (MI-PIM)²¹, a maior feira imobiliária do mundo - precisamente o tipo de força através da qual os inquilinos da propriedade podem perder suas casas (a própria feira também atraiu uma forte oposição de base). Foi um momento perfeito para entrar no jogo sobre o que queremos dizer com “justiça”, para levantar desafios sobre os ganhos

²⁰A. Sayer, “Facing the challenge of the return of the rich”, em W. Atkinson, S. Roberts and M. Savage (eds), *Class inequality in austerity Britain*, Palgrave Macmillan 2012, p.107. Veja M. de Goede, *Virtue, Fortune, and Faith: A Genealogy of Finance*, University of Minnesota Press 2005; e o capítulo 7 deste volume “Whose economy? Reframing the debate”, de autoria Doreen Massey e Michael Rustin.

²¹N.T. No original se refere à expressão “*Le marché international des professionnels de l’immobilier*” (p. 209).

com a propriedade da terra, por trazer para o debate político dominante toda a questão do capital imobilizado e do rentismo. É evidente que o objetivo era abrir para essa intervenção é evidente no fato de Johnson sentir que tinha que dizer algo: ele - se não políticos da oposição - estava muito ciente de que isso tocava dolorosamente naquele núcleo saudável de “bom senso” do povo. Não se trata de trivialidades ou de simpatia pelo indivíduo, mas de mobilizar parte de uma contestação contrária à hegemonia do senso comum, desafiando a ganância e as estruturas instaladas. Quando o livro estava sendo impresso, anunciaram que os proprietários venderam a empresa para uma fundação que fornece casas acessíveis a baixa renda. Uma fase da batalha foi vencida heroicamente, mas algo maior precisa ser feito.

Aliás, esta é uma arena que demanda “políticas” potencialmente possíveis e extremamente efetivas. No capítulo 7 sobre “redesenhar o debate da economia”, escrevemos sobre a necessidade de um imposto sobre o valor da terra - uma política que não só funcionaria (entre outras coisas) para atenuar o frenesi que resulta em lucrativas as moradias como as do *New Era*, mas também seria o veículo perfeito para aumentar as maiores questões políticas de (in) justiça e capital imobilizado. Uma política, em outras palavras, é mais do que uma política, que poderia ser parte de uma narrativa alternativa ao desenho de fronteiras políticas.

Linhas de divisão social

Existe um outro elemento neste surgimento da nova sociedade rentista que raramente é mencionado, mas que é importante para a esquerda. Isto é, trata-se da mudança nas relações de classe²². Os principais mecanismos de exploração e de apropriação do excedente já não estão tão claramente localizados em relações entre o capital, por um lado, e os trabalhadores, por outro. O valor também é apropriado através do aluguel, ganhos de capital e juros. Isso significa que as localidades da expropriação se multiplicaram, muitas vezes em lugares menos transparentes e menos contestáveis do que os locais de produção aos quais estamos acostumados (ou onde a luta não tem um histórico estabelecido). Esta é outra importante mudança, mais recente do que o declínio da fabricação e da mineração que é tão frequentemente objeto de referência, mas que também contribuiu de forma significativa para a fragmentação das forças da classe trabalhadora.

Além disso, outras linhas de divisão social também são importantes para a estruturação do momento atual. As linhas de divisão em torno de gênero / sexualidade e raça / etnia, por exemplo, estruturam as relações sociais

²²Sayer, op cit.

de maneiras distintas. Como argumentamos na declaração inicial que abre este volume: “Quando essas divisões sociais operam dentro do sistema capitalista, são profundamente moldadas por ele e articuladas a ele. Mas elas conservam sua “autonomia relativa”. O que é importante para o nosso tipo de análise no Manifesto, portanto, não foi a documentação das desigualdades, discriminações e exclusões que seguem essas linhas de divisão (apesar de serem importantes), mas antes tentando entender como esses sistemas de divisão e subordinação relativamente autônomos se articulam com os do neoliberalismo. Nós abordamos, até agora, somente três destas linhas de divisão no Manifesto. Como é demonstrado, de fato a natureza de cada uma é distinta.

A atenção à divisão ao longo de linhas geracionais é uma resposta às características políticas e econômicas imediatas da própria situação pós- crise. Há evidentes privações materiais para os jovens e um discurso político que visa criar [o conflito entre] as gerações uma contra a outra. Em parte, este último foi construído para desviar a atenção das divisões de classe. Mas, não teria tido nenhuma adesão política se tivesse sido completamente falso. Como muitas narrativas políticas deturpadas, ela atinge e toca uma realidade vivida. O capítulo 5 [*A growing discontent: class and geration under neoliberalism*”, de autoria de Ben Little] reafirma este argumento. O que se manifesta como desigualdade intergeracional é, de fato, parte integrante da construção de um novo paradigma de classe, de desigualdade e insegurança. Uma geração “nova” está emergindo, com o potencial de uma identidade coletiva, precisamente como um marcador de mudanças na configuração social. A geração mais jovem pode ser, em parte, compreendida como um caldeirão dentro do qual as normas pós-social-democracia podem ser experimentadas e incorporadas. Pode ser visto como um equivalente temporal do “caldeirão” que, na dimensão espacial, é a Grécia²³. Ambos estão pressionando os pilares para desmascarar os princípios neoliberais. Compreender a interseção de classe e geração desta forma nos dá novas ferramentas para entender a conjuntura atual, reorientar a fronteira política, muito além de ser um simples conflito intergeracional e apontar para o potencial de uma nova ação política.

Além de haver paralelos com a Grécia, a questão da “geração” está inserida em discursos e movimentos que abrangem grande parte da Europa e do Norte da África. A linha de divisão social que corre ao longo do gênero e sexualidade, no entanto, é mostrada no Capítulo 4 (*After the neoliberalismo: the need for a gender Revolution*, de autoria de Beatrix Campbell) que tem dimensões globais. Também há uma história estrutural mais longa e a natureza de sua articulação com a ordem econômica domi-

nante mudou no decorrer do tempo. Como argumenta o capítulo, na Europa o contrato de gênero social-democrata, centrado no movimento progressivo para, por exemplo, a igualdade de remuneração, está morto. Tinha suas próprias limitações, sendo esmagadoramente preocupado com a redistribuição e não com a transformação das relações humanas e das identidades hegemônicas. Mas, na verdade, produziu um certo progresso. Em matéria de igualdade de gênero, o capítulo confirma o argumento de que chegamos ao final da social-democracia com uma narrativa da melhoria desta relação. Isso foi uma derrota histórica.

Em seu lugar, temos uma nova articulação do neoliberalismo e do patriarcado. Tanto o capitalismo quanto o patriarcado têm a sua dinâmica (relativamente) independente, não existe uma lógica ou necessariamente uma associação entre eles. Mas, eles se alimentam mutuamente em sua conjuntural relação transformando-se e otimizando-se reciprocamente. Sob o neoliberalismo, essa habilitação e moldagem mútua é surpreendente. Dos ataques ao estado de bem-estar no Ocidente (e na China), às “novas guerras” e às masculinidades militarizadas que não se limitam a zonas de guerra, à impunidade que protege a violência sexual, às configurações sexuais dominadas pelos homens que estruturam o capitalismo na Ásia (e, podemos acrescentar, as hiper-masculinidades dos chamados setores econômicos “avançados”, no sistema financeiro e tecnológico do ocidente) ... tudo isso está completamente imbricado no caráter e no funcionamento do neoliberalismo. “O novo acordo global não é nada, senão um novo arranjo sexual.” O que isso significa é que um forte movimento feminista não só intersecciona-se com outras lutas contra a ordem atual (a necessidade de solidariedade social de algum tipo de estado de bem-estar, a necessidade de abordar relações sociais complexas, a necessidade de abordar isso dentro de um quadro internacionalista, a necessidade de enfrentar sexualidades violentas ...), como também é crucial para erodir essa ordem. O neoliberalismo construiu-se de tal maneira que depende das formas de dominação masculina. Talvez isso também apresente uma linha de falha na qual pudesse ser atacada pelo forte movimento feminista.

O capítulo 10 [*Race, migration and neoliberalism*, de autoria de Sally Davison e George Shire] analisa alguns dos mecanismos, bastante diferentes, mediante os quais os discursos e as práticas racializadas foram articuladas ao neoliberalismo. De fato, como argumentam, a raça estava no cerne de muitas mudanças e lutas políticas que marcaram a transição inicial para o novo paradigma. Desde então, as formas racializadas de senso comum têm sido fundamentais para o funcionamento e a sustentação do neoliberalismo, seja na manutenção de relações comerciais desiguais ou na construção de alianças entre classes.

²³Veja Christos Laskos e Euclid Tsakalotos, *Crucible of Resistance*, Pluto, 2103; e dos mesmos autores de *Out of the mire: arguments from the Greek left*, Soundings 57, summer 2014.

O que o capítulo também destaca, no entanto, são as contradições no coração dessas articulações. “O neoliberalismo há muito se baseou em apoio ideológico a discursos conservadores que, em termos lógicos formais, são contraditórios, por exemplo, Margaret Thatcher desdobrou a família e a nação. Tais combinações contraditórias são parte integrante do funcionamento do senso comum hegemônico. Eles podem ser vistos claramente hoje no co-funcionamento do neoliberalismo e do racismo. Uma questão é, portanto, se as contradições podem ser escancaradas para permitir uma maneira de estabelecer-se formulações alternativas que possam refazer a fronteira política, longe das linhas raciais, para aqueles que se encontram entre uma aliança que pode “envolver a classe e outras formas de desigualdade”, por um lado, e “o enorme poder da elite” no outro.

Pontos de Resistência

Discutimos desde o início da *Soundings* que a política é, e precisa ser, muito mais do que “política” (de fato, esta é mesmo uma das lições que deve ser extraída do surgimento do neoliberalismo, que não é meramente um programa político de governos, mas envolveu a conquista de toda uma sociedade e o “senso comum” de sua época). Foi essa concepção de política que inspirou a *New Left* desde os seus inícios, em 1956, e que buscamos renovar quando a *Soundings* foi fundada em 1995. Assim, a luta sobre como a sociedade está organizada, como seus membros devem se relacionar e o que emergirá como valores centrais e representações simbólicas, precisa ter lugar numa multiplicidade de locais.

No entanto, existem certos domínios-chave sobre os quais o argumento político deve ser concentrado.

Desigualdade e pobreza

Um deles diz respeito ao aprofundamento das desigualdades provocadas pelo regime do capitalismo neoliberal e a pobreza que acompanha isso. As crescentes desigualdades não são meramente uma questão de renda e as habilidades diferenciais para gastar, que são as características mais visíveis; eles também são sobre a distribuição da riqueza e do poder. A distribuição grosseiramente desigual da riqueza, em sociedades como a Grã-Bretanha, significa que uma pequena minoria tem controle sobre o investimento e a alocação de capital. A financeirização e o excesso de investimento em bens

imóveis que caracterizamos como direção errada da economia britânica são parte integrante dessa desigualdade de poder. Mesmo onde o capital é ostensivamente imobilizado por um grande número de cidadãos, através de fundos de pensão e outros, não existe um mecanismo efetivo para garantir que tais recursos sejam alocados para fins socialmente responsáveis²⁴. No contexto da distribuição do capital e da crescente desigualdade, os programas de privatização (aprovados pelo *New Labour*²⁵ no cargo) têm sido altamente significativos, já que transferiram recursos até então em comum propriedade (embora indireta ou remotamente gerenciada) para indivíduos que possuem uma riqueza privada significativa, que de fato são uma pequena minoria da população. A distribuição do poder econômico nesta sociedade está se tornando quase feudal²⁶.

Uma consequência do padrão neoliberal de desenvolvimento econômico não é apenas desindustrialização na Grã-Bretanha e em muitas outras nações, entretanto, mais amplamente, a diminuição da demanda por emprego qualificado. Este é o resultado em parte da substituição do trabalho pelo capital, agora remodelando o trabalho burocrático e também administrativo, além da exportação de investimentos para regiões com salários mais baixos do mundo. Seu efeito é enfraquecer o poder daqueles que devem viver pelo seu trabalho, que é a maioria da população adulta. Isso traz uma redistribuição adicional do poder em favor da propriedade. Esse fenômeno da “classe média sufocada” é evidente nos EUA na estagnação das rendas de “classe média” (como vimos, eufemismo *Marx-fóbico* para classe trabalhadora), no decorrer de duas décadas. Um fenômeno semelhante é visível na Grã-Bretanha. É dada uma expressão política hipócrita na apelação de Tory às “famílias trabalhadoras”, que parece se identificar com elas mesmo quando elas estão sendo danificadas pelas políticas econômicas neoliberais. A “classe média sufocada” é seu *contra-slogan*, que está fragilmente ligado à ideia de que as corporações bilionárias e inadimplentes devem contribuir mais para o bem-estar da maioria. Há muitas razões pelas quais é necessária uma estratégia econômica distinta do modelo de neoliberalismo liderado por finanças e propriedades. Por um lado, manter o padrão de vida e evitar outra crise financeira depende disso. Por outro lado, o equilíbrio de poder entre as classes - entre o trabalho e a propriedade - depende da disponibilidade de formas de trabalho produtivas e criativas. Um setor público renovado tem um papel crucial a desempenhar em

²⁴Robin Blackburn propôs que uma transferência de poder democrática pudesse ser alcançada se a propriedade popular nominal dos ativos do fundo de pensão pudesse se tornar substantiva, de fato. Veja também *Age Shock: How Finance is Failing Us*, Verso 2011.

²⁵N.T. Referência ao Gabinete do último governo do Partido Trabalhista, no Reino Unido, cujo líder era Gordon Brown (2007-2010).

²⁶O texto fundamental sobre os padrões de propriedade desigual e seu significado é o *Capital in the Twenty-First Century* de Thomas Piketty, publicado em 2014. O impacto deste best-selling sugere que este problema está se tornando reconhecido por uma parcela da opinião pública, além da própria esquerda.

tal desenvolvimento, tanto na estimulação e orientação do novo investimento produtivo, como Mariana Mazzucato argumentou, quanto no fornecimento de contextos para o trabalho humanamente gratificante.²⁷

Em termos políticos, as questões cruciais de pobreza, crescente desigualdade, irresponsabilidade e uso indevido do poder corporativo exigem políticas de memória, crítica e ataque. Injustiça aos pobres, privilégios indefensáveis e impunidades para os ricos, a fuga das instituições financeiras e corporativas da jurisdição efetiva dos governos - tudo isso precisa ser exposto como, nas palavras de Edward Heath, “a face inaceitável do capitalismo”; e os mandatos políticos devem ser conquistados para os movimentos em direção a arranjos econômicos mais equitativos. Nas situações em que a má conduta for evidente (quebra de regras ou trapaça por bancos ou por empresas de terceirização, evasão de passivos à tributação), isso pode ser utilizado como oportunidades políticas.

Nos últimos anos, Richard Wilkinson e Kate Pickett, entre outros, demonstraram que os altos níveis de desigualdade são destrutivos do bem-estar social, não só para os mais pobres da sociedade, mas para a qualidade de vida da sociedade como um todo²⁸. Parece que quanto mais íngreme o gradiente de desigualdade material na sociedade, mais numerosos são os “sintomas mórbidos” e o mal-estar social que surgem de experiências generalizadas de desrespeito, humilhação e ansiedade - ou, em uma formulação anterior, “relativa privação”.

Democracia e democratização

A questão da democracia e o objetivo de alcançar uma forma de sociedade mais democrática são igualmente fundamentais. Um dos principais meios pelo qual o capital e a propriedade mantiveram seu poder é sempre aplicar a interpretação mais restrita da idéia de democracia. O que acontece no contexto histórico de um longo processo de democratização que levou à realização de um sistema universal (apenas na década de 1920, ou seja, menos de um século atrás), é que votar em eleições nacionais, locais e europeias, de vez em quando, e ter a oportunidade (de fato exercida apenas por uma parcela diminuta da população) para participar ativamente da política eleitoral são uma mínima forma de exercício do poder democrático, geralmente representando pouco mais do que um direito de veto popular sobre políticas e decisões realmente impopulares.

Sob a influência do neoliberalismo, a causa da democracia tem, em sua maior parte, perdido terreno. Colin Crouch descreveu seu “esvaziamento”, a partir da cres-

cente influência das corporações e instituições financeiras no governo, por meio do lobby e do financiamento de partidos políticos e da formação de opinião pública²⁹. O encolhimento do poder de comércio, de sindicatos e de governos locais eleitos foi uma causa adicional do enfraquecimento da agência democrática popular na nossa época.

De fato, o poder e a responsabilidade democráticos são mais efetivamente exercidos em circunstâncias próximas à experiência das pessoas, onde elas têm maior conhecimento e compreensão do que está em jogo nas suas decisões. A área mais importante da vida das pessoas - que é excluída do formal e também muitas vezes de processos democráticos informais - é a ambiente de trabalho. A pré-condição de uma democratização mais profunda da sociedade é o estabelecimento de direitos e responsabilidades democráticas na esfera econômica, a partir da representação dos funcionários nos conselhos da empresa e nos procedimentos de tomada de decisão e dos poderes de compensação dos sindicatos e das associações profissionais. Não só esse desenvolvimento aprofundaria a cultura da democracia na sociedade e a experiência da prática democrática, mas também tornaria muitas organizações corporativas e governamentais mais eficientes e competitivas, ao permitir-lhes mobilizar maior iniciativa, responsabilidade e compromisso de seus membros.

O referendo sobre a independência na Escócia vem sendo um evento importante na vida política britânica, ao mostrar quais níveis intensos de comprometimento e atividade são possíveis quando os cidadãos sentem que algo importante está em jogo. Este debate levou a uma nova consideração de questões de poder descentralizado no resto do Reino Unido, incluindo a Inglaterra. A realidade é que o Reino Unido, antes da devolução da Escócia e de Gales, tem o aparelho de governo mais centralizado na Europa. A desindustrialização de grande parte da Grã-Bretanha e a redução do poder de suas autoridades locais contribuíram para aumentar as desigualdades entre as regiões, agravando as desigualdades de classe e propriedade que cresceram sob o neoliberalismo. Sem responder a um localismo romântico, uma transferência significativa de poderes dentro de um quadro de normas e de redistribuição ofereceria a possibilidade de corrigir esse (des)equilíbrio e de criar novos centros de agência democrática, como surgiram da delegação de poder para a Escócia. É necessário também revisar a questão do sistema eleitoral, cujo sistema de maioria simples para as eleições parlamentares inibe seriamente o processo democrático.

As questões da desigualdade e do empoderamento democrático são cruciais para qualquer contestação do poder e da legitimidade do neoliberalismo como sistema.

²⁷ M. Mazzucato, *The Entrepreneurial State*, Anthem Press 2013.

²⁸R. Wilkinson e K. Pickett. *The Spirit Level*. Penguin 2010.

²⁹Veja Colin Crouch, *Post-Democracy*, Polity 2004; E *The Strange Non-Death of Neo-Liberalism*, Polity 2011.

Quaisquer restrições que um governo alternativo possa enfrentar ao assumir o cargo, uma pauta essencial para a sua eficácia será o progresso de duas medidas: uma agenda para diminuir a desigualdade e para o aprimoramento do poder e da prática democráticos.

Questões Ambientais

Em *Soundings* número 51, Guy Shrubsole lembrou que Robin Cook disse uma vez que o ambientalismo era o “gigante adormecido da política britânica”³⁰. Como uma questão imediata, teve seus altos e baixos, explosões de atividade em torno de protestos sobre estradas, alimentos transgênicos, mudanças climáticas e a venda de florestas públicas, sendo separados por períodos de relativa calma. Mas, seu artigo também aponta para uma distinção entre opiniões e valores. O primeiro refere-se à urgência dos temas políticos, às atitudes diante do que acontece debaixo da superfície, e o segundo valoriza a profunda mudança da opinião pública. É no nível de atitudes e valores que o Manifesto desejava argumentar. Uma das abordagens para questionar isso, como Guy Shrubsole argumenta, é assumir o nosso distanciamento do mundo natural, reconhecendo e valorizando nossa relação com ele. Isso também é uma chave de interpretação central aqui no nosso argumento.

Um dos elementos cruciais que o nosso capítulo sobre energia deixa claro é que as questões ambientais não fazem parte de uma esfera separada, mas estão totalmente relacionadas com todas as outras lutas políticas que aqui abordamos. Sua relevância para os debates sobre a democracia é fundamental para esse capítulo, porque ele argumenta a necessidade de movimentos sociais, de intervenção do Estado e um conjunto de arranjos mais diversificado e flexível em que a especificidade local e o ativismo são cruciais, sem recorrer a um localismo fácil ou exclusivo. A questão da propriedade da terra também é importante para mudar nosso sistema de energia, tanto para permitir as mudanças necessárias de uso quanto para evitar lucros e concessões para as grandes corporações. A fúria com que a população manifestou-se sobre a proposta de venda de florestas públicas é uma indicação de que há sentimentos progressivos a serem aproveitados aqui. E a questão da energia também está totalmente ligada à das finanças, e especialmente ao desenvolvimento de Londres, que não é apenas um centro financeiro, mas também uma cidade energética. Isso levanta, por sua vez, grandes questões da responsabilidade histórica e global do Reino Unido. Não poderia haver uma política que abordasse especificamente este papel de Londres no mundo global? O que Londres representa? Não faz tanto tempo que Londres era uma cidade radical.

³⁰Guy Shrubsole, “Waking the sleeping green giant”, *Soundings* 51, summer 2012.

Então, questões de “ambientalismo” não são apenas básicas para nossa própria sobrevivência, elas também são parte integrante do resto da nossa política, uma arena em que uma infinidade de diferentes fronteiras políticas podem ser abertas.

Múltiplas esferas da ação: encontrando unidade na diversidade

Por conta da natureza das políticas conjunturais, não se pode prever os locais de antagonismo e a potencialidade que mais possam vir a provar qual seria o significado nas lutas para suplantando o neoliberalismo de sua atual posição de domínio ideológico. Discutimos neste Manifesto que o neoliberalismo tornou-se um senso comum compartilhado e, de fato, foi deliberadamente construído para ter essa força, por muitas agências diferentes. Apon-tamos neste Manifesto que há pontos de resistência. Por exemplo, o nosso argumento contra o individualismo, ao considerar o conceito relacional da natureza humana (no Capítulo 2, *A relational society*), está enraizado na experiência da maioria das pessoas em relação à dependência e à conexão como condição para o desenvolvimento através do ciclo de vida. Contra as pressões para interpretar as relações em termos de mercado, médicos, enfermeiros e professores continuam vendo aqueles para quem o bem-estar e o desenvolvimento trabalham como pacientes ou estudantes, e não como meros clientes. A resistência ao mercado e às definições corporativas dessas esferas de trabalho é, portanto, central para um conceito diferente de uma boa sociedade. O compromisso revelador dos conservadores em reduzir o papel do Estado e dos serviços públicos a um mínimo residual, algo não visto desde a década de 1930, agora expõe o pleno significado do neoliberalismo, mas talvez defina um terreno de luta em que possa ser travado com sucesso.

Mas há muitas outras esferas de vida nas quais os valores do neoliberalismo e as formas de poder que ele mobiliza precisam ser contestados. No Capítulo 9 (*Energy beyond neoliberalism*), discutimos o significado das questões ambientais e as mobilizações em torno delas, como um exemplo crucial disso. Essas questões envolvem o bem-estar futuro de toda a comunidade humana e exigem uma perspectiva que não seja meramente individual e de curta duração, como no tipo dominante neoliberal. O desenvolvimento de programas responsáveis para responder aos perigos da mudança climática implica numa transformação fundamental nos valores, que até agora podem ocorrer, mesmo que seja muito lenta.

Ou considere o campo mais específico da educação pós-escolar [como o Ensino Superior ou Profissionalizante]. Foi relatado que meio milhão de jovens entraram em

seu primeiro ano de universidade em 2014, o maior número de todos os tempos. As experiências que eles têm, os currículos que eles seguem, o que e como eles aprendem, devem, a seu modo, ser formativos para a ordem social, o que é inevitavelmente reeditada por todas as gerações. Há perguntas a serem feitas sobre o que é ser “político” neste contexto? Como os professores da universidade e a “equipe de apoio” e seus alunos dão ao seu trabalho um significado que resista à sua redução a uma mera conquista de credenciais e na vantagem competitiva, seja para si ou para cada vez mais organizações “corporativas”? Aqui é um local onde a invenção de uma política “prognóstica”, na qual as relações de aprendizagem e sociais assumam a forma que desejariam ter no futuro, pode ser tão importante quanto as formas mais comuns de ação política. Essas relações desejáveis estão bastante longe do estado atual das coisas, nas universidades dominadas pelo gerencialismo, pela classificação competitiva e por uma consciência subjacente de que muitos diplomados não encontrarão trabalho que faça bom uso de sua educação e de suas capacidades. Mas, para que uma abordagem tão prognóstica se torne possível, é preciso que haja uma análise crítica do que são agora os desajustamentos generalizados desse setor.

Não se pode prever onde, mesmo envolvendo a análise política mais articulada e multifacetada, a necessidade, a oportunidade de contestação e o debate político possam se abrir. Por exemplo, as principais organizações esportivas gostam de afirmar que não têm “nada a ver com a política”, quando, de fato, os esportes oferecem à sociedade algumas das suas representações mais influentes sobre seus significados e valores. Assim, faria alguma diferença para o senso de si mesmo da sociedade se os torcedores do futebol reivindicassem alguma participação de propriedade e poderes de decisão nas equipes que eles apoiam. Ou se as federações esportivas internacionais, como a FIFA ou o COI, fossem libertadas do controle oligárquico e da corrupção.

Ou, para tomar outra instância aparentemente menor, vimos que os currículos de História nas escolas têm um significado político sério, na medida em que eles constroem e impõem uma versão de identidade nacional e social. Cabe lembrar que a contribuição dos escritos de Raymond Williams para o vocabulário socialista ofereceu o reconhecimento de que as práticas e instituições culturais (por exemplo, a imprensa) são fundamentais na definição dos limites das possibilidades e são elas mesmas um elemento crucial no campo de conflito³¹.

Com referência a essas várias instâncias, buscamos com o Manifesto argumentar que a política precisa ter muitas dimensões (procurando, pelo menos, conter o capitalismo dentro de um espaço limitado, responsável e democrático), algumas das quais podem não parecer

políticas no sentido comum do termo. Como Deleuze e Guattari colocaram em seu diferente idioma, há “mil platôs”, isto é, um número quase infinito de pontos de múltipla interseção, dentro dos quais o futuro de uma sociedade pode ser imaginado, combatido e determinado³². De fato, em uma boa sociedade haveria muitas formas de coexistência e contestação, e não exclusivamente as de propriedade e capital, por um lado, nem de governos e organizações políticas, por outro.

Após esses anos de ascendência neoliberal, o desafio é desenvolver maneiras de pensar e sentir que possam criar conexões entre diferentes tipos de ação e identidades engajados nelas. É preciso haver tanto o respeito pela diversidade, para as especificidades de cada esfera da vida, quanto um reconhecimento do que deve ser uma concepção fundamental da justiça, da igualdade e da “democracia profunda”. A tarefa é criar e sustentar um novo consenso acerca de valores que os governos eleitos, ao longo do tempo, encontrariam segurança para fortalecer em suas decisões.

Agora, com o *Manifesto Kilburn* concluído, nós na *Soundings* seguiremos problematizando esta análise e estes argumentos.

³¹R. Williams, *The Long Revolution*, Chatto e Windus, 1961.

³²G. Deleuze e F. Guattari, *A Thousand Plateaus*, Continuum, 1987.